

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO
Carlos Eduardo Pinto Procópio

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

RESPONSIBILITY AND CONVICTION: THE POLICY OF THE CATHOLIC CHARISMATIC RENEWAL

Carlos Eduardo Pinto Procópio¹

RESUMO

As eleições de 2010 mostraram que há uma inegável presença pública da religião quando o assunto é inserção via política. Nesse contexto, não faltou espaço para que grupos religiosos apresentassem suas questões no que tange a direitos reprodutivos, liberdade de expressão, desenvolvimento econômico e social, gestão pública. Diante desse cenário, movimentos como a Renovação Carismática Católica viram nascer desde seu interior propostas de candidaturas com motivação sociorreligiosa. Esse posicionamento colocou, como veremos adiante, os carismáticos numa posição ambígua. Em face desse contexto, este artigo deseja sinalizar que a atividade política dos carismáticos é, antes de tudo, recheada de direções opostas e atravessadas que tentam se articular.

Palavras-chave: Religião. Política. Renovação Carismática Católica.

ABSTRACT

The 2010 Brazilian elections showed an undeniable public visibility of religion on political matters. In this context, they opened up room for religious groups to present their questions on reproduction rights, freedom of speech, economic and social development, and public management. Thereby, movements such as the Charismatic Catholic Renewal behold the birth of socially and religiously motivated proposals of candidates that placed them in an ambiguous position. Therefore, this paper aims to signal that the political activity is fulfilled with opposite and crossed directions in a constant attempt to be somehow articulated.

Keywords: Religion. Politics. Catholic Charismatic Renewal.

INTRODUÇÃO

As eleições de 2010 mostraram que há uma inegável presença pública da religião quando o assunto é inserção via política². Nesse contexto, não faltou espaço para que

¹ Doutor em Ciências Sociais (2014) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor de antropologia, epistemologia da ciência e sociologia no Instituto Federal de São Paulo, *campus* São Paulo.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

grupos religiosos apresentassem suas questões no que tange a direitos reprodutivos, liberdade de expressão, desenvolvimento econômico e social, gestão pública. Diante desse cenário, movimentos como a Renovação Carismática Católica (RCC) viram nascer desde seu interior propostas de candidaturas com motivação sociorreligiosa. Para a eleição em questão, o movimento carismático teve pela primeira vez um candidato, reconhecido como parte de seus quadros, para a disputa de uma das duas vagas do estado de Minas Gerais para o Senado. Fruto de um conjunto de fatores que passava pela revelação divina à sua experiência na esfera parlamentar, Miguel Martini apresentou uma candidatura ao Senado boa para pensar as relações entre religião e política em geral e sobre a relação entre catolicismo carismático e eleições, em particular. Sua candidatura demonstrou como os carismáticos têm em matéria de política uma posição bastante ambígua. Em face desse cenário, este artigo deseja sinalizar que a atividade política dos carismáticos é, antes de tudo, recheada de direções opostas e atravessadas que tentam se articular, permitindo pensar as várias formas que essa inserção se desenvolve no decorrer de um processo político eleitoral.

A TRAJETÓRIA DA CANDIDATURA DE MIGUEL MARTINI PARA O SENADO

Miguel Martini exercia o cargo de deputado federal e estava filiado ao Partido Humanista Solidarista (PHS) quando se lançou a uma das duas vagas ao Senado pelo estado de Minas Gerais, em 2010. Era a candidatura única, naquele momento, da Coligação “Minas no Rumo Certo”, composta pelos Partidos PTN / PRTB / PHS / PTC / PRP / PTdoB. Seu número de inscrição era 313 (31 era o número de registro de seu partido e 3 o número escolhido pelo próprio candidato, de modo aleatório, em uma escala de 0 a 9). Com 55 anos, já havia sido, por três mandatos consecutivos, deputado estadual em Minas Gerais (1995-1999; 1999-2003; 2003-2007). Na eleição de 2010, Martini entrou na disputa para o Senado contra duas fortes coligações, que acabaram monopolizando a disputa: de um lado, a coligação “Somos Minas Gerais” (PP / PDT / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / MN / DEM / PSB / PSDB / PSDC), encabeçada pelo ex-governador de Minas

² Para uma reflexão sobre a relação entre religião e política nas eleições de 2010, ver: Oro e Mariano (2009), Pierucci (2011), Machado (2012), Vital e Lopes (2013) e Procópio (2014).

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

Gerais, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e pelo ex-presidente do Brasil e ex-governador de Minas Gerais, Itamar Franco, do Partido Popular Socialista (PPS); de outro lado, a coligação “Todos Juntos por Minas” (PT / PRB / PCdoB / PMDB), liderada pelo ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT), e por Zito Vieira, do Partido Comunista do Brasil (PC do B)³.

Esse quadro de composição das candidaturas que se lançariam ao pleito de 2010 poderia, entretanto, ter sido diferente. A escolha de Martini se lançar como nome exclusivo de uma coligação não foi sua primeira opção. De acordo com informações de um de seus assessores, ele estava cotado para encabeçar, junto com Pimentel, a coligação “Todos Juntos por Minas”, mas uma decisão interna do PT fez com que Zito fosse o escolhido para a tarefa, no lugar de Martini – decisão tomada às vésperas da abertura do registro oficial das candidaturas. As razões da recusa por Martini não foram explicitadas abertamente pela direção do PT, mas é certo que sua postura mais conservadora quanto às questões como os direitos reprodutivos das mulheres e o casamento gay, se comparada com as posições hegemônicas no PT, fez com que Martini ganhasse desprestígio. Além do mais, o PC do B já era parceiro do partido de Pimentel de longa data, possuindo forte identificação ideológica com ele, o que também deve ter pesado em favor do nome de Zito. Mesmo com essa situação desfavorável, Martini resolve se lançar ao Senado. Ele já estava se preparando para a disputa, pois, até o momento do descarte de seu nome como o segundo na coligação encabeçada pelo PT para o Senado, estava convicto de que seria o escolhido. O nome de Martini era politicamente mais conhecido em relação ao de Zito, que, até então, tinha uma carreira política no âmbito parlamentar muito inexpressiva. Soma-se a isso a confiança que o candidato tinha na sua eleição, não somente por causa de um processo de discernimento que o encorajou a assumir a disputa, mas também pelo apoio prévio do catolicismo carismático que recebeu de modo oficial⁴.

³ Em Minas Gerais, o número de candidatos ao Senado chegou a 11 nomes. Além das cinco candidaturas mencionadas, candidataram-se, sem coligação: Marilda Ribeiro e Mineirinho, pelo PSOL; Rafael Pimenta, pelo PCB; Efraim Moura e José João da Silva, pelo PSTU; Vera Zatti, pelo PCO.

⁴ Essa confiança do candidato foi relatada por um assessor de Martini. Para ele, Martini estava ciente que estava fazendo aquilo que Deus havia revelado para ele, a partir do qual a campanha e as articulações políticas seriam apenas um detalhe. Sobre o apoio da RCC, o presidente Nacional do Ministério Fé e Política, Sérgio Zavaris, apontou, em um evento da Comunidade Javé Nissi (PROCÓPIO, 2014), o nome de

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

Ao final do escrutínio, Martini somou quase 275 mil votos, o que lhe rendeu a quinta posição da disputa. Zito conseguiu aproximadamente 1,5 milhão de votos, enquanto Pimentel recebeu cerca de 4,5 milhão. Os senadores eleitos foram Aécio Neves, com 7,5 milhão de votos, e Itamar Franco, com 5,1 milhão⁵. Olhando para as principais cidades do estado (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba), Martini se manteve sempre na 5ª posição. Esse fato somente não ocorreu na cidade de Juiz de Fora, onde ficou em 6º, perdendo o 5º lugar para Rafael Pimenta, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto que este era radicado nessa cidade da Zona da Mata de Minas Gerais⁶.

No que tange à sua campanha, longe de querer avaliar a relação entre seu desempenho eleitoral e estratégia utilizada, o que será levado em conta neste artigo é o seguinte: como vínculos e direções múltiplas vão ganhando contorno na campanha de Martini diante de sua relação com diversos segmentos sociais, uma vez que, do ponto de vista de seus apoiadores, ele se mostrava como representante à altura desses últimos e capaz de canalizar suas crenças e desejos.

SOMANDO VÍNCULOS

A produção da candidatura de Martini para o Senado encontra, nas propagandas e campanhas nas ruas e nas mídias, um elemento curioso para sua justificação enquanto proposta política viável. Ao lado do próprio candidato, aparecem outros personagens que estão a demonstrar apoio a ele e a sua proposta. Estabelecem com sua presença um pacto de confiança, falando, ao mesmo tempo, para e pelo segmento social ao qual

Martini como candidato certo ao Senado e cujo apoio seria integral e exclusivo no interior do movimento carismático.

5 Os demais candidatos não obtiveram mais do que 119 mil votos: Marilda Ribeiro, 53.663; Mineirinho, 16.958 votos; Rafael Pimenta, 21.432 voto; Efraim Moura, 13.339 votos; José João da Silva, 6.794 votos; Vera Zatti, 6.679 votos.

6 Em relação à totalidade da disputa ao Senado, e olhando para os votos nas maiores cidades do estado, nota-se uma forte presença do nome de Aécio Neves, que somente não ganhou na cidade de Uberaba (onde a diferença para Pimentel foi de apenas 6 mil votos). Os 2º e 3º lugares oscilavam entre Pimentel e Itamar. Itamar foi segundo em Ipatinga, Juiz de Fora e Governador Valadares. Pimentel, que ganhou em Uberaba, foi segundo em Uberlândia, Montes Claros, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem. Zito, por sua vez, ficou em quarto em todas essas cidades.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

pertencem. Isso se dá virtualmente, fotografando-se ao lado do candidato ou aparecendo em alguma propaganda filmada ou gravada em defesa dele, ou presencialmente, andando com ele nas ruas e no interior de determinado agrupamento, ou, ainda, compondo o palanque dos comícios com ele. Quando se colocam a falar, falam daquilo que o candidato fez e/ou poderá fazer pelo segmento ao qual o apoiador pertence. A razão desse comportamento está na necessidade de a candidatura política se fazer razoável o suficiente para ser escolhida como a preferida dos eleitores, sendo a adesão de apoios a melhor forma de se fazer ouvida, pela visibilidade que isso acarreta.

Martini visualiza em sua campanha para o senado três planos de apoio: de lideranças renomadas do catolicismo carismático nacional e regional; de lideranças de alguns setores evangélicos; e de católicos carismáticos, clérigos e leigos, cuja inserção se inscreve em nível local. Ao que parece, somar em favor do candidato nomes de referência serve para demonstrar a visibilidade dessa candidatura, tornando-a aceitável para determinados segmentos. Nesse sentido, quanto mais abalizado o apoio conseguido, maior a chance de ganhar projeção e sucesso dentro do segmento no qual pretende se inserir. Sem o reconhecimento daqueles nomes de referência, a eleição ao cargo pretendido parece ficar cada vez mais distante. Por essa razão, esses apoios afloram durante as eleições e acabam sendo utilizados pelo candidato enquanto um recurso para produzir adesão. Dentro dos segmentos, o candidato tem disponibilizado para si uma constelação de declarações, cuja visualização é perceptível em suas propagandas nas ruas e na internet, bem como dentro dos próprios espaços a que pertenciam os declarantes.

Obter um leque de apoios a uma candidatura é uma das condições para viabilizá-la (PALMEIRA; HEREDIA, 2006). Fazer isso é importante pelo fato de que “na hora de votar, as pessoas acompanham a facção a que pertencem ou em quem votam as pessoas com quem tem compromissos (com que estão comprometidas e/ou com que se sentem comprometidas)” (PALMEIRA; HEREDIA, 2006, p. 48). Nesse contexto, os vínculos estabelecidos são a prova de que o candidato está no caminho certo, uma vez que esses vínculos, sobretudo com aquelas pessoas destacadas, dão um indício de que ele está em condição de ser aceito por parte do eleitorado do segmento com o qual flerta. Isso se

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

deve ao fato de que o eleitor, segundo Max Weber (1974, p. 73), “procura o nome do notável que lhe seja familiar [,pois] desconfia do homem que lhe é desconhecido”; conhecendo-o, “a ele se apega firmemente”.

Diante desse cenário, composto por pessoas destacadas que se colocam em favor da candidatura, é plausível considerar a tese do efeito de agregação de votos que eles podem vir a ter dentro de um processo eleitoral. As pessoas destacadas exercem influência sobre outras, dentro dos segmentos sociais a que pertencem. Nessa direção, Gabriel Tarde ([19??], p. 247) sinaliza para a existência de uma “irradiação dos exemplos de cima para baixo”, levando as pessoas a considerarem a opinião daquelas que costumam ter como as mais destacadas de seu meio ou que, pela posição que elas possuem, acabavam exercendo uma força persuasiva irresistível sobre as demais. Para Thomassen e Szokolczai (2011, p. 53), esses notáveis têm “a capacidade de criar objetos de contestação e agitar o público de forma incontrolável”, o que ocorre no caso de Martini. Cada apoio é apresentado como portador de uma posição destacada dentro de cada meio no qual o candidato deseja se fazer representante, o que poderia passar a contar positivamente na medida em que conseguissem converter sua notoriedade em adesão ao candidato.

Por essa razão, quanto mais apoio um candidato consegue receber, maior a chance de ele conseguir transferir para si a influência do apoio recebido. Desse modo, reconhecer quem é quem no conjunto de apoiadores de um candidato dá inteligibilidade para a dinâmica das redes sobre as quais a trama das candidaturas se desenvolve. Segundo Boissevain (1987), existe um fluxo no estabelecimento de vínculos que podem formar alianças temporárias úteis. Para o autor, “as relações interpessoais são estruturadas e influenciadas, no modo através do qual indivíduos – vistos como empreendedores sociais – procuram manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins” (BOISSEVAIN, 1987, p. 197). Essa prática, então, exerceria algum tipo de impacto sobre as formas de promoção, ideologia e conflito que, no caso das eleições, aparecem no momento em que os vínculos somados podem possibilitar ou sugerir uma conduta ou movimento a ser executado.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

As eleições inauguram para um candidato um tempo de tensão permanente, porque é necessário ganhar votos e, por consequência, tirá-los de alguém, logo, perder votos é dá-los a alguém, colocando em xeque as chances de eleição. Desse modo, é plausível pensar que

[...] as pessoas em conflito entre si ganhavam, não tanto porque estivessem certas, ou seja, porque apresentassem os argumentos moralmente mais fortes ou defendessem valores mais importantes que os seus oponentes, mas porque tinham acesso a aliados mais influentes capazes de exercer pressão sobre seus rivais e aliados (BOISSEVAIN, 1987, p. 198-199).

As eleições dependem desse jogo de alianças, na medida em que o candidato precisa dos outros, sendo-lhe “impossível satisfazer seus próprios interesses a não ser que leve as outras pessoas em consideração e, portanto, possa demonstrar que sua ação os beneficia de algum modo” (BOISSEVAIN, 1987, p. 200).

O APOIO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS

No plano de apoios oriundos de lideranças renomadas do catolicismo carismático nacional e regional, em favor de Martini, evidenciam-se: Marcos Volcan, presidente nacional da RCC; Pe. Eduardo Douguert, um dos precursores do catolicismo carismático no Brasil e fundador da TV Século XXI, que possui orientação católica e carismática; Sérgio Zavaris, coordenador nacional do Ministério Fé e Política da RCC; Rogério Rosa, coordenador estadual da RCC em Minas Gerais; e Tasto Coutinho (Tatá), fundador da Comunidade Javé Nissi, localizada na cidade de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais. Desses apoios, apenas Rogério Rosa e Tatá são eleitores no estado de Minas Gerais e, por isso, seus votos a Martini são tão garantidos quanto seus apoios. Entretanto, as outras três personagens têm para candidatura de Martini, como também o tem o apoio de Tatá e Rogério, um peso significativo.

Conheço Miguel Martini há muito tempo: eu não sei se são trinta anos ou mais – conheci quando era muito mais jovem. Eu acredito que pessoas

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

cheias do Espírito Santo têm que estar na ativa. E na ativa também em política, não há dúvida que Deus dá uma vocação sim, para cristãos católicos, comprometidos com a Igreja, cheios do Espírito Santo, ser ministros de Deus lá na política. Eu estou incentivando, abençoando, exaltando para que seja o grande sucesso, sim, lá no Senado. Sabe que muitas pessoas falam mal dos políticos? Sabe por quê? Porque os bons, pessoas excelentes não estão ali. E nós cristãos temos que orar pela política e apoiar a eleição dos nossos queridos para a vida (Pe. Eduardo Douguert, precursor da RCC no Brasil e diretor da TV Século XXI).

Se o movimento contribui para a eleição do Martini, para nós será uma grande vitória – não só para ele como senador, mas para nós também como Renovação Carismática Católica. É importante o movimento se unir para eleger o senador, porque a partir disso, com certeza, o movimento vai ser respeitado pela força que tem (Rogério Rosa, coordenador da RCC em Minas Gerais).

O povo mineiro tem uma forte tradição política e merece ser representado à altura: o candidato Miguel Martini tem se destacado no cenário político por sua postura totalmente coerente com os valores cristãos que defende. Sabemos que existem hoje no Brasil grupos utilizando falsos argumentos para tentar convencer a sociedade brasileira de que o aborto é necessário em nosso país. Miguel Martini, ao contrário, tem se posicionado firmemente contra tal proposta. No nosso Hino Nacional, proclamamos que nossa pátria é mãe gentil – uma mãe gentil não mata seus filhos – portanto, não podemos aceitar nenhum tipo de iniciativa que afronte a vida, principalmente de inocentes indefesos. Homens e mulheres de boa vontade são chamados a se mobilizar e impedir que a descriminalização do aborto seja aprovada em nosso país, por isso precisamos de políticos que tenham bom senso e disposição contra tais iniciativas e que façam valer a vontade da grande maioria dos brasileiros que é contra tal crime. Numa eleição, temos a oportunidade de escolher quem vai nos representar: é preciso que sejam pessoas idôneas, comprometidas com a vida em todas as fases. Miguel Martini tem assumido publicamente esse compromisso; como senador da república ele será também a voz de todos os brasileiros, representando especialmente o estado de Minas Gerais, como toda dignidade que o povo merece (Marcos Volcan, presidente do Conselho Nacional da RCC).

Eu conheço o Martini há muito, muito tempo. Conheço Martini desde a época da ofensiva nacional, quando ele foi coordenador de Minas, do estado de Minas Gerais; é um companheiro de lutas há muito tempo. Acompanho Martini desde a época que ele foi candidato pela 1ª vez: quando ele saiu candidato apoiado pela Renovação Carismática de Minas Gerais. Eu lembro dessa reunião, estava presente nela. Sempre fui, assim, um apoiador: acho ele um homem sério, um homem comprometido com a doutrina social da igreja; as bandeiras que ele tem levantado – desde a época de deputado estadual, também deputado federal – são bandeiras coerentes com a sua fé, coerentes com a doutrina social da Igreja, coerentes com o pensamento da Igreja, por isso eu sempre apoiei o Martini. Agora, nessa aventura dele, no sentido de fé, de confiança de ser indicado para o Senado, dentro de um processo de discernimento que eu

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

acompanhei – sempre apoiei Martini e apoio agora também nessa candidatura ao Senado, já que precisamos no Senado de homens do porte dele: homens que são capazes de discernir a vontade de Deus, seguir o Evangelho, seguir a orientação da Igreja e, sobretudo, homens de testemunho de vida, de santidade, honestidade, de coerência: por isso Martini é meu candidato para o Senado. Falar que a vida, a defesa da vida contra o aborto; a defesa da união legítima de marido e mulher, contra essa opção estranha de casamento de pessoas de mesmo sexo; essa questão da defesa da vida também, na pesquisa das células tronco embrionárias – isso tudo são questões que estão vinculadas ao evangelho, são vinculadas até ao velho testamento: ‘Não matarás’. Portanto, Martini, defendendo esses valores, não está defendendo valores ultrapassados, está defendendo valores atuais (Tatá, coordenador da RCC).

É um momento de se lançar redes mais ao fundo e nós percebemos que esse chamado pro Martini se reveste de toda uma noção de Deus, na medida em que, de fato, ele se coloca à disposição da Igreja, tendo o histórico de trabalho já de 16 anos como deputado e que permitem, por esse histórico e pela sua participação dentro daquilo que são a defesa das causas que a Igreja tem como mais importantes – a defesa da vida, a defesa dos valores que constituem a doutrina social da Igreja, como um bem muito importante para nós. A gente, a Renovação entende que é preciso que nós não nos calemos nesse momento em que uma participação cívica ela é demandada na medida em que nós não podemos nos silenciar: omissão também é um pecado. Portanto, nós começamos a fazer uma incursão nessa leitura do cenário político, mas também da política pública, da inserção junto à nação brasileira, do modelo de país que nós queremos para os nossos filhos, para as futuras gerações; e de uma maneira que nós possamos construir uma grande nação. E entendemos que valorizar as instituições democráticas que hoje estão estabelecidas é tentar participar, em todos os níveis, em especial, nesse momento, que através da candidatura do candidato ao senado, do Miguel Martini, nós buscamos a presença de um cristão, de um testemunho dentro de uma cadeira do Senado possa também colocar não só o valor daquilo que nós professamos enquanto Igreja, mas também a importância de uma instituição como é o Senado. Nós vimos aí no passado muitas questões sendo colocadas em relação à desvalorização de algumas instituições por motivos diversos, mas que nós entendemos que pessoas passam e a gente precisa valorizar a instituição, valorizar os mecanismos democráticos que estão postos para um Estado de Direito – como é o que nós atualmente temos – e dessa forma fazer com que a participação seja a via mais expressiva de valorizar a democracia e valorizar aquilo que nós temos de mais caro que são os valores cristãos (Sérgio Carlos Zavaris, coordenador do Ministério Fé e Política da RCC).

Pe. Eduardo Douguert e Tatá fazem parte da história da RCC desde que esta foi transladada dos Estados Unidos para o Brasil. Essa notoriedade coloca Martini favorecido

por um apoio por demais abalizado. Pe. Douguert possui uma visibilidade nacional e seu nome é reconhecido dentro do catolicismo carismático, devido tanto ao seu pioneirismo na fundação da RCC no Brasil quanto ao seu protagonismo na criação da mídia católica televisiva no país (SOUZA, 2005; CARRANZA, 2011). Essa sua condição privilegiada o ajudaria a levar o nome de Martini para regiões de Minas Gerais nas quais o candidato não seria muito conhecido, ou nas quais precisaria de um apoio mais significativo para ter sua capacidade representativa reconhecida. Tatá, com visibilidade mais local, por sua vez, poderia com seu apoio fortalecer o nome de Martini junto às dezenas de casas de formação que a comunidade – que Tatá fundou – tem no sul de Minas Gerais, que, pelo que é propalado, somariam quase 40 mil adeptos.

As falas dessas personagens apontam para Martini enquanto baluarte de uma presença de militante católico no Senado, que, segundo eles, deve ser utilizado como espaço de canalização de um imaginário católico e católico carismático. Ambos os apoiadores mencionam o contato de longa data com o candidato como recurso para produção de confiabilidade, certamente por conta do lugar de onde falam. A salvação da política por políticos cristãos é tematizada em Douguert, na medida em que os vocacionados, enquanto personificação das pessoas de bem, passam a assumir seu lugar na esfera política. Em Tatá, os valores cristãos são valores atuais que não devem deixar a pauta pública, sendo esse o compromisso que ele diz ser o de Martini.

Os apoios de Marcos Volcan, Sérgio Zavaris e Rogério Rosa são também tão singulares quanto os apoios de Douguert e Tatá. Eles representariam o aval “oficial” do próprio catolicismo carismático à candidatura de Martini. Isso porque existe uma resolução de 2009 que dizia respeito às eleições de 2010, que dá à direção nacional da RCC o monopólio de decidir sobre as candidaturas majoritárias em nível estadual e nacional⁷. Por essa razão, Martini talvez se considerasse, nas eleições de 2010, o candidato da RCC ao Senado. Nessa medida, é certo que contava com uma pressão sobre grupos e comunidades, coordenações e ministérios, a aderir seu nome e a buscar, diante dessa sugestão colocada pela hierarquia do movimento, fortalecer a adesão de seu nome junto aos fiéis. Enquanto nome exclusivo, que receberia o apoio da hierarquia da

⁷ Sobre essa resolução e seu lugar na atividade política do catolicismo carismático, ver Procópio, 2014.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

RCC, Martini talvez estivesse apostando todas as suas fichas em uma transferência de votos quase que automática dos carismáticos para sua candidatura ao Senado, em face da notoriedade dos declarantes e daquilo que ela poderia estar representando.

As falas desses apoiadores sinalizam para uma convocação do eleitor para a participação política, visando assumir uma posição de defesa dos valores cristãos e de compromisso com a vida. Para Volcan, isso seria signo de idoneidade política, personificada na figura de Martini. Ao defender a vida, nesse cenário, Martini estaria fazendo eco à voz da maioria, segundo Volcan. Nesse caso, o princípio democrático da representação ganharia espaço, amalgamando religião e política. O mesmo se daria quando da ênfase na defesa da vida enquanto algo expresso no hino nacional, entrelaçando religião e civismo.

A pretensa presença de Martini no Senado toma igualmente outras duas direções. Por um lado, tal como Rogério Rosa apontava em seu apoio, a conquista da vaga ao Senado pelo candidato demonstraria a força política da própria Renovação Carismática. Por outro lado, tal como sinalizava Zavaris, a presença de Martini na referida casa expressaria tanto a defesa de um Estado de direito que favoreceria os valores cristãos quanto a valorização do Senado enquanto instituição pública e democrática.

A BUSCA POR UMA UNIDADE CRISTÃ

Martini também obteve apoio no segmento evangélico. Desses apoios, por um lado, Martini encontrou respaldo para sua candidatura no interior do “Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política” (FENASP), por outro lado, o candidato recebeu apoio de um pastor da Igreja Batista Getsêmani. A carta continha os seguintes elementos:

É nossa obrigação testemunhar o brilhante trabalho, em sintonia com a Frente Parlamentar Evangélica, do Deputado Miguel Martini – PHS/MG, que agora é convocado a concorrer a uma vaga no Senado Federal – Senador pelo Estado de Minas Gerais. Por esse motivo, solicitamos ao(a) Nobre Pastor(a) que mobilize suas forças no sentido de apoiá-lo, para que tenhamos no Senado Federal, mais um valente defensor dos nossos direitos.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

[...]

O Deputado Miguel Martini quer e precisa estar no senado, na próxima legislatura para ser o senador da família mineira e da família brasileira, pois nesta legislatura tivemos um número pequeno de senadores defendendo nossas bandeiras e mesmo assim, lembrem-se, que o divórcio instantâneo passou naquela Casa de Leis com muita facilidade e o PLC 122/2006 só não foi aprovado por conta das pressões externas, pois no Senado pouquíssimos senadores se opuseram a ele.

[...]

Os evangélicos precisam saber que na próxima Legislatura o palco de todas as lutas em defesa da vida, da família e da liberdade de religiosa será o Senado Federal e necessitamos contar naquela Casa de Leis com ousadia, a coragem e com o preparo do Deputado Miguel Martini.

[...]

Registramos que em pesquisas recentes detectamos que são poucos os candidatos ao Senado reconhecidos como pró-vida e pró-família que terão a oportunidade de se elegerem no Brasil, ao contrário do Deputado Miguel Martini que tem muita chance de ser eleito senador pelo povo cristão de Minas Gerais. Assim, precisamos nos unir com este objetivo e garantir uma cadeira em defesa da vida, da família e da liberdade religiosa no Senado Federal. Os cristãos do Brasil contam com a Igreja Evangélica de Minas Gerais. Deste modo, o FENASP – Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política recomenda aos pastores e aos líderes evangélicos de Minas Gerais que apoiem o Deputado Miguel Martini nas próximas eleições para o Senado Federal⁸.

Já o apoio da Igreja Getsêmani foi colocado do seguinte modo pelo seu pastor:

O Candidato ao Senado, Deputado Miguel Martini, tem pautado sua atuação política, sempre em busca de uma sociedade mais justa e fraterna, pondo em prática os princípios do cristianismo na atividade política, lutando a favor da vida e família brasileira. Há vários projetos de leis tramitando no Congresso Nacional que vão de encontro a palavra de Deus; a liberação do aborto, o infanticídio, a PLC 122, conhecida como a lei da mordaca, e o PNDH-3, que representa uma ameaça à vida, à família, à igreja e à sociedade brasileira. Por isso, como candidato, pastor, pai e avô, apoio a candidatura do Deputado federal Miguel Martini ao Senado, pois o conheço há mais de 20 anos e sua atuação parlamentar sempre foi pautada na defesa da vida e dos valores cristãos, e acredito que seremos muito bem representados. Precisamos de Miguel Martini no Senado. Contamos com suas orações, seu apoio, seu voto (Pastor Jorge Luis Coelho Linhares – Igreja Batista Getsêmani).

⁸ Essa carta foi assinada pelo Pastor Wilton Acosta, presidente Nacional do FENASP.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

O FENASP é uma entidade que reúne lideranças e parlamentares evangélicos, articulados, segundo eles, em torno da defesa das igrejas e da nação brasileira. A carta emitida por essa instituição em favor de Martini marca uma aproximação deste com o setor evangélico, que se converteria em um manancial de votos para o candidato, caso os pastores aceitassem a indicação de seu nome. Essa carta, certamente circulada entre as igrejas evangélicas do estado, faz um apelo em favor de Martini, na condição de detentor de uma trajetória parlamentar condizente com as bandeiras levantadas pelo Fórum. Alerta para a situação negativa do Senado em relação aos temas defendidos pelos evangélicos, ao mesmo tempo que Martini é colocado como um político em que se pode confiar.

O pastor Jorge Linhares era Presidente da Igreja Batista Getsêmani, em Belo Horizonte/Minas Gerais, havia 28 anos. Presidia o Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais (CPEMG) e a Associação de Escolas Cristãs de Minas Gerais. Além disso, sua notoriedade estendia-se ao campo religioso literário, uma vez que já havia escrito 215 livros, alguns deles traduzidos para o inglês e o espanhol, como *Bênção e Maldição* e *Águia ou Galinha*. Receber o apoio de tal personagem reforçaria, ainda mais, a ligação de Martini com os evangélicos, na medida em que a notoriedade do pastor parecia se fazer presente para além de sua igreja em particular. Sua reconhecida ligação junto aos demais pastores, bem como dentro do centro educacional cristão, ou junto a leitores de sua obra, fortalece aquela ligação. A fala do pastor Jorge coloca Martini em sintonia com princípios já comuns ao seu universo de pertencimento religioso, reforçando sua figura enquanto um baluarte da causa cristã no Senado. Por fim, seu compromisso com a família e a sua vida no âmbito da política foram destacados como sendo de longa data.

O APOIO DAS BASES

Nos apoios vindos de católicos carismáticos, clérigos e leigos, cuja inserção se inscreve em nível local, Martini tem a seu favor Giovani Ignácio, coordenador da RCC de Toledo/MG, da Diretora da APAE de Bueno Brandão/MG, e do padre José Raimundo, da diocese dessa mesma cidade. Esse plano de apoio marca outra direção para a candidatura de Martini.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

O que eu admiro na pessoa do Miguel Martini é a sua consciência de cristão, sua consciência de cristão naquilo que é convicção dele, a convicção dele de ser um testemunho pra gente no meio do cenário político (Giovane Ignácio, coordenador da RCC em Toledo/MG).

Nos ajudou muito, entrou com a sua colaboração, nós, que já o admirávamos pelos patamares que ele defende: de ética, seus projetos sociais que tanto precisamos de mais políticos engendrando por esse caminho, que tornem os rumos do país mais dentro da ética, se preocupem mais com as atitudes sociais (Pe. José Raimundo, Diocese de Bueno Brandão/MG).

A APAE de Bueno Brandão deve muito ao deputado Miguel Martini. Nós o admiramos muito e estamos com ele nesta campanha. A gente estava até desanimado. Quando eu conheci o deputado, primeira vez que eu lhe falei, para outras pessoas junto com ele, no microfone, foi dessa maneira que eu me dirigi a ele: que quando já estávamos desanimados de encontrar alguém em quem pudéssemos confiar e que entendesse a nossa língua – a nossa língua de católico – essa preocupação dele de defesa da vida que é outro ponto, que a gente admira. Que eu já trabalhei com pastoral familiar, é muito importante e infelizmente a sociedade está perdendo o valor que deve ser dado realmente à instituição “família”, e com esse deputado, nós viemos resgatar esses valores. Fez uma diferença muito grande, porque nós víamos aquelas paredes em pé, quando o padre José Raimundo assumiu aquela obra e quis terminar vendo que as crianças num outro prédio completamente sem condições, a gente olhando aquelas paredes que foram levantadas já anteriormente pelas gestões anteriores, aquela dificuldade; a gente tava vendo que aquilo ia ruir e não tinha fim. Foi quando o Pe. José Raimundo, buscando apoio do deputado, nos conseguiu essa ajuda e nós fizemos aí a conclusão, pelo menos dos pavimentos – dois pavimentos – que puderam abrigar os alunos (Sônia de Fátima, diretora da APAE de Bueno Brandão/MG).

Os apoios locais representam o outro lado da tentativa de Martini em se projetar, de forma eficaz, sobre o eleitorado mineiro. Ele procurou realizar uma peregrinação pelo interior de Minas Gerais e então, através de uma rede de vínculos do catolicismo carismático, tentou se fazer presente junto à população local. A estrutura tradicional da Igreja Católica, os grupos de oração carismáticos e alguma entidade beneficente ou assistencial católica eram os meios buscados para se fazer visível, procurando nesse âmbito os notáveis pelos quais o candidato pudesse se projetar. Martini procurou desenvolver uma campanha que contasse com a valorização de seu nome junto à

comunidade paroquial e caritativa das cidades mineiras que visitou, sobretudo porque seu histórico de ação era forte nessas esferas.

As falas desses apoiadores reforçam a figura de Martini enquanto alguém que presta eficientemente serviços, sobretudo na área caritativa. Essa prática, diga-se de passagem, é fruto de sua prática religiosa, que o sensibiliza para um olhar mais perto daqueles que têm alguma necessidade. Além disso, a ideia de que Martini vai portar-se como um testemunho cristão no Senado não deixa de ser levada em conta, o que faz dele um porta-voz dos segmentos religiosos que ele deseja representar.

CONCLUSÃO

A candidatura de Martini, diante desses dados explanados, ao transportar para a cena política valores de cunho cristão, coloca estes como salvaguardas da própria política e da sociedade que a abriga. Por essa razão, a religião produziria uma ação infrapolítica, “um espaço simbólico em que os atores têm a sensação de agir com base numa estrutura fundamental de sentido, que configura um mundo comum a todos” (MIRANDA, 1999, p. 255). Nesse sentido, a participação política pode se desdobrar ou para circulação de uma ideia de empresa moral, “concebida como ‘políticas’, que se aproximam das definições da moral cívica em voga, e que se objetivam socialmente na atuação em diferentes esferas” (CORADINI, 2001, p. 124), ou para uma apropriação de “seus ‘produtos’ doutrinários ou, então, mais diretamente dirigidos a noções como ‘família’, práticas religiosas, e assim por diante” (CORADINI, 2001, p. 124).

Por um lado, o candidato coloca em movimento, pelos seus apoios, elementos reconhecíveis na esfera pública política e que são parte do universo religioso do qual se projeta para política, como a já mencionada ética na condução da vida e uma ideia de bem comum, ambas essencializadas como católicas. Esses elementos encontram ressonância na esfera política e podem passar a ganhar sentido nesse contexto. Uma das consequências desse processo no qual a religião motiva a conduta pública é a figuração daquilo que Max Weber (1974, p. 84) denominou de ética da responsabilidade, pela qual o político “não se sente em condições de onerar terceiros com os resultados de suas

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

próprias ações, na medida em que as pôde prever”. Isso aumenta a confiabilidade sobre o candidato, demonstrando que o político é dotado de previsibilidade e, por consequência, de responsabilidade, sendo por isso reconhecido como competente, sério, digno de confiança, “pronto a desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhe cabe na estrutura do espaço de jogo” (BOURDIEU, 1989, p. 172). Essa ética ganha cor quando os apoiadores do candidato procuram ressaltar o compromisso que ele tem com o bem comum, por conta da pertença religiosa, estando inclinado a cuidar do próximo. Essa dimensão reaparece quando o candidato passa a ser visto como a solução para a falta de compromisso dos políticos junto aos seus representados, por ter uma conduta ética em sua formação, que seria a carta de apresentação de uma conduta decorosa na política.

Por outro lado, a esfera política é espaço de conquista de benefícios legais para a esfera religiosa, na medida em que o candidato é apresentado como facilitador de projetos que beneficiam a religião, canalizando-os, tal como os benefícios em relação a concessões, emendas, leis, vetos, entre outros. Ao contrário da ética da responsabilidade, que Martini estaria produzindo, conquanto inclinado a fazer de sua formação religiosa um colaborador em uma esfera política plural, aqui o que se tem é o que Weber denominou de uma ética de convicção. Essa ética perfaz todo político que “só se sente responsável por fazer que a chama das [suas] intenções puras não seja sufocada”, sendo a ação de reanimá-la permanentemente “o propósito de seus atos bastante irracionais [se comparados à ética da responsabilidade], julgados à luz de seu possível êxito” (WEBER, 1974, p. 84). A defesa de valores considerados como cristãos é um exemplo dessa ética das convicções que Martini chegava a representar, conforme salientaram seus apoiadores.

REFERÊNCIAS

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.

INTER-LEGERE

RESPONSABILIDADE E CONVICÇÃO: A POLÍTICA DO CATOLICISMO CARISMÁTICO

Carlos Eduardo Pinto Procópio

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.

CARRANZA, Brenda. **Catolicismo midiático**. Aparecida: Ideias e Letras, 2011.

CORADINI, Odaci. **Em nome de quem?**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e Ativismo religioso nas eleições de 2010. **RBCP – Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25-54, 2012.

MIRANDA, Julia. **Carisma, sociedade e política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

ORO, Ari Pedro; MARIANO, Ricardo. Eleições 2010: religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, ano 10, n. 16, p. 9-34, 2009.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. O voto como adesão. **Teoria e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 35-58, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos Cebrap**, n. 89, p. 5-15, 2011.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. **Perto da Religião, Perto da Política**: a participação do catolicismo carismático através da Instituição, Candidaturas e Mídia nas eleições de 2010. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCSO, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SOUZA, André. **Igreja in concert**. São Paulo: Annablume, 2005.

TARDE, Gabriel. **As leis da Imitação**. Porto: Res, [19??].

THOMASSEN, Borj; SZAKOLCZAI, Arpad. Gabriel Tarde as Political Anthropologist. **International Political Anthropology**, v. 4, n. 1, 2011.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974